



**ORGANIZAÇÃO DAS
VOLUNTÁRIAS DE GOIÁS**

RELATÓRIO DA DIRETORIA SUPERIOR

A Diretoria Superior da Organização das Voluntárias de Goiás OVG, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, apresenta as demonstrações contábeis levantadas em 31 de dezembro de 2015.

Goiânia (GO), 31 de dezembro de 2015.

ELIANA MARIA FRANÇA CARNEIRO
Diretora Geral

OLAVO MARSURA ROSA
Diretor Administrativo-Financeiro

HELCA DE SOUSA NASCIMENTO
Diretora de Ações Sociais

KELEN REJANE NUNES BELUCCI
Diretora do Programa Bolsa Universitária

**Balancos Patrimoniais em 31 de Dezembro
(Em Reais)**

ATIVO	NOTA	2015	2014
CIRCULANTE		37.104.903	26.043.562
Caixa e Equivalente de Caixa - Sem restrição	9	520.123	452.689
Caixa e Equivalente de Caixa - Com restrição	9	3.606.938	2.837.646
Repasse e Adiantamentos a Terceiros	10	-	240.000
Adiantamentos a Funcionários e Unidades	10	6.390	304
Creditos a Receber	10	-	79.660
Estoque	11	3.241.872	3.117.926
Bolsa Universitária	12	27.290.292	18.679.126
Contrato de Gestão	12	2.050.967	232.057
Despesas a Apropriar	13	388.322	404.155
NÃO CIRCULANTE		12.486.302	8.716.866
Realizável a Longo Prazo		2.205.127	2.100.000
Imobilizado - sem restrição	14	9.545.351	5.737.529
Imobilizado - com restrição	14	735.824	879.337
TOTAL DO ATIVO		49.591.206	34.760.428
PASSIVO			
CIRCULANTE		40.615.296	29.527.858
Fornecedores	15	33.246.019	23.336.315
Obrigações Sociais e Trabalhistas	16	2.501.731	2.498.581
Obrigações Tributárias	16	308.372	231.032
Outras Provisões	17	642.184	160.695
Recursos de Convênios e Contratos	18	3.181.167	2.421.899
Passivo Diferido	18	735.824	879.337
NÃO CIRCULANTE		1.235.128	1.613.122
Obrigações Sociais		1.002.646	1.239.248
Parcelamento Paes		93.755	227.582
Pensão de Reparação Civil		138.727	146.292
Obrigações Fiscais		0	0
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	20	7.740.782	3.619.449
Patrimônio Social		10.137.131	6.035.419
(Déficits) ou Superávit Acumulados		(2.415.966)	(1.910.132)
(Déficit) / Superávit do Período		19.617	(505.837)
TOTAL DO PASSIVO		49.591.206	34.760.428

Demonstrações do Resultado do Exercício

**Exercícios Findos em 31 de Dezembro
(Em Reais)**

	NOTA	2015	2014
Receitas Operacionais		145.354.556	160.232.368
Com Restrição	23	143.940.899	157.641.953
Programas (Atividades) de Assistência Social		61.952.928,58	66.719.741
Receita de Subvenção de Investimento		195.636,02	117.784
Assistência Social Prog. Bolsa Universitária		81.571.110,44	89.182.520
Gratuidade		221.224,04	1.621.908
Sem Restrição		1.413.657	2.590.415
Contribuições e Doações Voluntárias	24	1.117.172	2.272.432
Ganhos na Venda de Bordados e Outros	25	68.813	18.820
Rendimento Financeiro	26	64.340	53.859
Outros Recursos Recebidos	25	163.332	245.304
Custos e Despesas Operacionais	21 e 22	(106.080.564)	(122.616.315)
Com Programas (Atividades)			
Assistência Social		(24.288.229)	(31.812.559)
Assistência Social Prog. Bolsa Universitária		(81.571.110)	(89.182.520)
Gratuidade - Doações e Transferência		(221.224)	(1.621.237)
Resultado Bruto		39.273.993	37.616.053
Despesas Operacionais Administrativas		(39.254.376)	(38.121.891)
Salários		(22.048.752,63)	(22.174.575)
Encargos Sociais		(4.340.454,45)	(2.258.505)
Impostos e Taxas		(89.437,98)	(234.620)
Aluguéis		(596.329,82)	(571.086)
Serviços Gerais		(4.297.267,53)	(4.138.400)
Manutenção		(213.267,94)	(441.459)
Depreciação e Amortização		(633.964,87)	(572.919)
Outras Despesas		(7.034.900,38)	(7.730.326)
Resultado antes das Subvenções Tributárias		19.617	(505.837)
Subvenções Governamentais Tributárias			
Receita Gratuidade Fiscal (CEBAS)	27	5.842.928	6.453.906
(-) Despesa Gratuidade Fiscal (CEBAS)		(5.842.928)	(6.453.906)
Receita Gratuidade Fiscal (Importação)	27	4.107.988	2.419.558
(-) Despesas Gratuidade Fiscal (Importação)		(4.107.988)	(2.419.558)
Superávit/Déficit do Período		19.617	(505.837)

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

(Em Reais)

	Patrimônio Social	Ajuste de avaliação patrimonial	Superávit / Déficit	Total do Patrimônio Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2013	1.022.503	5.012.916	(1.910.132)	4.125.287
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-
Superávit do Período	-	-	(505.837)	(505.837)
Saldo em 31 de dezembro 2014	1.022.503	5.012.916	(2.415.969)	3.619.449
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	4	4
Superávit/Déficit do Período	-	-	19.617	19.617
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	4.101.712	-	4.101.712
Saldo em 31 de dezembro 2015	1.022.503	9.114.628	(2.396.349)	7.740.782

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método indireto

**Exercícios Findos em 31 de Dezembro
(Em Reais)**

	2015	2014
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Superávit (Déficit) do Período	19.617	(505.837)
Ajustes por:		
Depreciação e amortização	628.322	559.308
Provisões de Riscos	575.502	-
Juros de LP	75.822	28.381
Resultado da baixa de ativos imobilizados	5.643	13.611
Ajuste de Exercícios Anteriores	4	-
Superávit (Déficit) Ajustado	1.304.910	95.463
Aumento (Diminuição) nos Ativos Circulantes	(10.224.615)	(13.286.742)
(-) Aumento em Adtos e Créd a Receber	233.914	-
(-) Aumento em convênio a receber	(10.430.077)	(13.634.617)
(-) Aumento em outras contas a receber	95.493	(570.306)
(+) Redução nos estoques	(123.947)	918.182
(-) Aumento nas contas não circulante	-	-
Aumento (Diminuição) nos Passivos Circulantes	9.756.008	7.422.566
(+) Aumento em fornecedores e convênios	9.909.704	7.338.132
(+) Aumento nas obrigações sociais e trabalhistas	(40.314)	(174.633)
(+) Aumento em obrigações tributárias	52.840	(301.441)
(-) Redução em outras provisões	(93.014)	(318.829)
(+) Aumento em Convênios e Contratos	70.305	-
(-) Redução no Passivo Diferido	(143.513)	879.337
(=) Caixa líquido Gerado pelas Atividades Operacionais	836.303	(5.768.713)
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento		
Aquisição de ativo imobilizado	(206.258)	(1.006.951)
Recebimento de Créditos Realiz a Longo Prazo	593.532	-
(=) Caixa Líquido Consumido pelas Atividades de Investimento	387.274	(1.006.951)
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento		
Baixa de INSS Administrativo	(239.735)	(232.461)
Baixa de Parcelamento PAES	(119.500)	(115.873)
Ações Trabalhistas	(1.000)	(26.671)
Pensão de Reparação Civil	(26.616)	(24.680)
(=) Caixa Líquido Consumido pelas Atividades de Financiamento	(386.851)	(399.685)
(=) Aumento Líquido de Caixa e Equivalente de Caixa	836.725	(7.175.349)
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Período		
No início do exercício	3.290.335	10.465.685
No fim do exercício	4.127.061	3.290.335
Caixa e Equivalente de Caixa no Fim do Período	836.725	(7.175.349)
	0,00	(0,00)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2015 (Em reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Organização das Voluntárias de Goiás - OVG, constituída sob a forma de Associação Civil, dotada de personalidade jurídica de direito privado de fins não econômicos e de caráter beneficente, inscrita no CNPJ 02.106.664/0001-65, tem como finalidade precípua a Assistência Social, fundada em 30 de outubro de 1947, qualificada como Organização Social pelo Decreto Estadual nº 6.283/05, tem como missão: Desenvolver programas de assistência social, baseados nos princípios da Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, contribuindo para a inclusão e proteção social e minimização das desigualdades sociais.

Público alvo:

O público alvo da OVG, assim como preconiza a Política Nacional de Assistência Social, é constituído por cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidades e riscos sociais. O trabalho é voltado para a promoção e ampliação da cidadania, sendo assim, o trabalho é realizado pela equipe de profissionais de forma integrada e se dá através de procedimentos que envolvem a acolhida, a escuta qualificada, as orientações, o desenvolvimento de atividades socioeducativas, os encaminhamentos para a rede de serviços conforme a demanda apresentada, bem como a divulgação de informações e esclarecimentos quanto às rotinas, e serviços disponibilizados na organização, entendendo que vulnerabilidade social é um conceito multidimensional que se refere à condição de indivíduos ou grupos em situação de fragilidade, que os tornam expostos a riscos e a níveis significativos de desagregação social. Relaciona-se ao resultado de qualquer processo acentuado de exclusão, discriminação ou enfraquecimento de indivíduos ou grupos, provocado por fatores, tais como pobreza, crises econômicas, nível educacional deficiente, localização geográfica precária e baixos níveis de capital social, humano ou cultural (sobre o conceito de capital, ver BOURDIEU, 1987; 1989; 1990) dentre outros, que gera fragilidade dos atores do meio social. (XIMENES, Vulnerabilidade Social, em <http://www.gestrado.org>).

Áreas de atuação:

Para alcançar o maior número de beneficiários, a OVG conta com parcerias importantes do setor empresarial, do setor público, de universidades e da própria Sociedade Civil.

A propósito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS/2005 e da Resolução CNAS nº 109/2009, a OVG desenvolve os seguintes níveis de complexidade para o atendimento à população da Assistência Social, a saber:

• **Serviços de Proteção Social Básica** - Tem como objetivo prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e do fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. Destinam-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e/ou fragilização de vínculos afetivo-relacionais e de pertencimento social (discriminações étnicas, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras).

• **Serviços de Proteção Social Especial** - É a modalidade de atendimento sócioassistencial destinada a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e/ou psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua e situação de trabalho infantil, entre outras.

Tem estreita interface com o sistema de garantia de direitos, exigindo muitas vezes uma gestão mais complexa e compartilhada com o Poder Judiciário, Ministério Público e outros órgãos e ações do Executivo. A Proteção Social Especial pode ser de:

• **Média Complexidade** - A Proteção Social Especial (PSE) de Média Complexidade oferece atendimento especializado a famílias e indivíduos que vivenciam situações de vulnerabilidade, com direitos violados, geralmente inseridos no núcleo familiar. A convivência familiar está mantida, embora os vínculos possam estar fragilizados ou ameaçados. Estes serviços demandam maior especialização no acompanhamento familiar e maior flexibilidade nas soluções protetivas, requerendo, ainda, intensa articulação em rede para assegurar efetividade no atendimento às demandas da família e sua inserção em uma rede de proteção necessária para a potencialização das possibilidades de superação da situação vivida.

• **Alta Complexidade** - São considerados de Proteção Social Especial (PSE) de Alta Complexidade os serviços que oferecem atendimento às famílias e indivíduos em situação de abandono, ameaça ou violação de direitos, necessitando de acolhimento provisório, fora de seu núcleo familiar de origem. Visam garantir proteção integral a indivíduos ou famílias em situação de risco pessoal e social, com vínculos familiares rompidos ou extremamente fragilizados, por meio de serviços que garantam o acolhimento em ambiente com estrutura física adequada, oferecendo condições de moradia, higiene, salubridade, segurança, acessibilidade e privacidade. Devem assegurar também o fortalecimento dos vínculos familiares e/ou comunitários e o desenvolvimento da autonomia dos usuários.

A OVG atua em todos os níveis de complexidade do Sistema Único de Assistência Social - SUAS.

A OVG atua preponderantemente na Assistência Social e faz interfaces com outras políticas sociais, entre estas a Saúde, Educação e Segurança Alimentar. Compromete-se, enquanto sociedade civil organizada, efetivar as ações em conformidade com o que preconiza os princípios legais desta política no que compete às organizações sociais.

Partindo deste princípio, a assistência social na OVG está organizada em: serviços socioassistenciais de atendimento (Resolução CNAS nº 109/2009, Resolução CNAS nº 33/2011 e Resolução CNAS nº 34/2011) e de assessoramento (Resolução CNAS nº 27/2011) articuladas com a saúde e a educação. Os programas/projetos da OVG que estão no âmbito da Assistência Social são: Programa de Atendimento à Pessoa Idosa (Complexo Gerontológico Sagrada Família - CGSF; Centro de Convivência do Idoso Vila Vida - CCIVV; Centro de Convivência do Idoso Cândida de Moraes - CCICM); Rede Assistencial (Apoio ao Cidadão, Apoio às Entidades Sociais e Apoio aos Municípios; Programa de Segurança da Acolhida (Casa do Interior de Goiás - CIGO); Programa de Atendimento às Adolescentes Grávidas e Vítimas de Violência (Centro Social Dona Gercina Borges - CSDGB); Unidade Norte Ferroviário UNF.

2. SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS

2.1 ATENDIMENTO AO IDOSO

2.1.1 COMPLEXO GERONTOLÓGICO SAGRADA FAMÍLIA - CGSF, é uma unidade, de caráter assistencial gerontológico/geriátrico que desenvolve os seguintes atendimentos:

2.1.1.1 Instituições de Longa Permanência para Idosos (LIPI) - Asilar (Alta Complexidade): Capacidade 65 idosos/dia. Instituições de caráter residencial destinada ao domicílio coletivo de pessoas com idade igual ou superior a 60 anos, com ou sem suporte familiar, em condição de liberdade e dignidade e cidadania. Público: idosos com diferentes necessidades e graus de dependência.

2.1.1.2 Casa-Lar ou Instituição Residencial sob Sistema Participativo (Alta Complexidade): Capacidade 30 idosos moradores/dia. Residência participativa destinada aos idosos que estão sós ou afastados do convívio familiar e com renda insuficiente para sua sobrevivência. Trata-se de alternativa de atendimento que proporciona uma melhor convivência do idoso com a comunidade, contribuindo para sua maior participação, interação e autonomia. Público: idosos, aposentados, sem família.

2.1.1.3 Centro Dia (Média Complexidade): Capacidade 11 idosos/dia. Atenção integral às pessoas idosas com algum grau de dependência, que tiveram suas limitações agravadas por violações de direitos, tais como: exploração da imagem, isolamento, confinamento, atitudes discriminatórias e preconceituosas no seio da família, falta de cuidados adequados por parte do cuidador, alto grau de estresse do cuidador, desvalorização da potencialidade/capacidade da pessoa, dentre outras; que agravam a dependência e comprometem o desenvolvimento da autonomia, que, por suas carências familiares e funcionais, não podem ser atendidas em seus próprios domicílios ou por serviços comunitários. Proporciona atendimento das necessidades básicas, mantém o idoso com a família, reforça o aspecto de segurança, autonomia, bem-estar e a própria socialização do idoso. Público: É um programa de atenção integral às pessoas idosas que por suas carências familiares e funcionais não podem ser atendidas em seus próprios domicílios ou por serviços comunitários; proporciona o atendimento das necessidades básicas dos idosos que moram com os familiares e permanecem durante o dia na unidade;

2.1.1.4 Proteção Social Básica. Capacidade: 220 frequentadores/mês. Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos: serviço prestado aos idosos e seus familiares, onde são desenvolvidas planejadas e sistematizadas ações de atenção ao idoso, de forma a elevar a qualidade de vida, promover a participação, a convivência social, a cidadania e a integração intergeracional. Público: é formado por idosos independentes que moram com seus familiares e participam de atividades no CGSF.

2.1.2 CENTRO DE CONVIVÊNCIA DE IDOSOS VILA VIDA - CCIVV, as ações desenvolvidas pelo Centro de Convivência Vila Vida (CCIVV) são:

2.1.2.1 Casa-Lar ou Instituição Residencial sob Sistema Participativo. Capacidade: 30 idosos/moradores. Residência participativa destinada aos idosos que estão sós ou afastados do convívio familiar e com renda insuficiente para sua sobrevivência. Trata-se de alternativa de atendimento que proporciona uma melhor convivência do idoso com a comunidade, contribuindo para sua maior participação, interação e autonomia. Público: idosos, aposentados, sem família.

2.1.2.2 Proteção Social Básica. Capacidade: 3.103 idosos/frequentadores/mês. Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos: serviço prestado aos idosos e seus familiares, onde são desenvolvidas planejadas e sistematizadas ações de atenção ao idoso, de forma a elevar a qualidade de vida, promover a participação, a convivência social, a cidadania e a integração intergeracional. Público: é formado por idosos independentes que moram com seus familiares e participam de atividades no CCIVV. A ação junto aos frequentadores tem por finalidade o **Fortalecimento dos Vínculos Familiar e Comunitário da Pessoa Idosa** por meio da realização de atividades que contribuam para o processo de envelhecimento saudável, o desenvolvimento da autonomia, da sociabilidade, o fortalecimento dos vínculos familiares, o convívio comunitário e a prevenção de situações de risco social. O público-alvo dessa modalidade de atendimento são os idosos independentes da comunidade local, que moram com seus familiares, os quais, na condição de frequentadores, participam das atividades desenvolvidas, como práticas esportivas, hidroginástica, treinamento funcional, dança de salão, aulas de pilates, de lazer, culturais, artísticas, palestras socioeducativas, reuniões sociorecreativas, passeios, bailes, almoços comunitários, etc., realizadas durante o dia, sob orientação e acompanhamento dos profissionais do CCIVV.

2.1.3 CENTRO DE CONVIVÊNCIA DE IDOSOS CÂNDIDA DE MORAIS - CCICM. Capacidade: 200 idosos frequentadores/mês. Tem como proposta atender pessoas idosas no Serviço de proteção Social Básica para oferta de Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculo. É um espaço de referência para o convívio grupal, comunitário e social e o desenvolvimento de relações. Tem por foco o desenvolvimento de atividades que contribuam no processo de envelhecimento saudável, no desenvolvimento da autonomia e de sociabilidades, no fortalecimento dos vínculos familiares e do convívio comunitário e na prevenção de situações de risco social. A intervenção social está pautada nas características, interesses e demandas do idoso considerando que a vivência em grupo, as experimentações artísticas, culturais, esportivas e de lazer e a valorização das experiências vividas constituem formas privilegiadas de expressão, interação e proteção social. O público-alvo dessa modalidade de atendimento são os idosos independentes da comunidade local, que moram com seus familiares, os quais, na condição de frequentadores, participam das atividades desenvolvidas, como treinamento funcional, práticas de lazer, culturais, artísticas, palestras socioeducativas, reuniões sociorecreativas, passeios, almoços comunitários, etc., realizadas durante o dia, sob orientação e acompanhamento de profissionais. O espaço contará com: sala(s) de atendimento individualizado com equipe multiprofissional; sala para atividades laborativas e oficina de beleza (incentivo à valorização da imagem e autoestima); sala para oficina de culinária terapêutica; Sala inclusão digital (incentivo ao acesso ao mundo digital); sala de atividades (múltiplas) com atividades pedagógicas, seção de cinema, jogos lúdicos, roda de conversa, música, coral, aula de dança e atendimentos coletivos e comunitários.

2.2 REDE ASSISTENCIAL

Responsável em atendimento e articulação às demandas internas e externas referentes aos objetivos estratégicos, atuando na estruturação de mecanismos para o fortalecimento da participação social. Dispõe-se em eixos que interagem em uma arquitetura organizacional formado por seis Gerências distintas, são elas: Unidade Norte Ferroviário; Centro Social Dona Gercina Borges; Gerência de Assessoramento e Benefício; Casa do Interior; Unidade Novo Mundo e Centro Goiano de Voluntariado.

2.2.1 UNIDADE NORTE FERROVIÁRIO - UNF. Capacidade: 60 usuários. Tem como proposta atender à demanda da população que vive em situação de fragilidade por meio de **Serviços de Proteção Social Básica**. É um espaço de ofertas de serviços de Convivência e fortalecimento de vínculos desenvolvendo ações que visa a melhoria da qualidade de vida do cidadão e sua família e enfrentamento da pobreza. Constitui-se também, como espaço de atenção às pessoas/famílias com oferta de diferentes serviços. Todos os serviços visam, de forma completa e integrada, prestar apoio, informação, encaminhamento, aconselhamento e, por vezes, desenvolver atividades de mediação, nas questões/problemas que são colocados pelas famílias. Tem por foco o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, desenvolvendo ações complementares assegurando espaços de referência para o convívio grupal, comunitário e social. Contribui para a ampliação do universo informacional, estimula o desenvolvimento de potencialidades para novos projetos de vida, propicia sua formação cidadã e detecta necessidades habilidades e talentos, propiciando vivências para o alcance de autonomia e protagonismo social, estimulando a participação na vida pública no território, além de desenvolver competências para a compreensão crítica da realidade social e do mundo contemporâneo. As atividades estão organizadas de forma a possibilitar o reconhecimento do trabalho e da formação profissional com direito de cidadania e desenvolver conhecimentos sobre o mundo do trabalho e competências específicas básicas para a inserção, reinserção e permanência no mundo do trabalho.

2.2.2 CENTRO SOCIAL DONA GERCINA BORGES - Capacidade: 1.560 atendimentos/ano. É uma unidade da OVG e presta serviço de Assistência a Gestantes e a Vítimas de Violência e/ou Exploração Sexual em situação de

vulnerabilidade social, de Goiânia e região metropolitana, prestando assistência pré-natal e acompanhamento pós-parto, até um ano após o nascimento da criança. É um atendimento especial de média complexidade. A principal característica do programa é o atendimento prioritário a adolescentes e seus familiares. Assim sendo, os profissionais são capacitados para lidar com esse público, que além de estarem em uma fase de descobertas e transformações tanto físicas quanto emocionais, encontram-se em um momento singular, o que requer atenção redobrada.

2.2.3 GERENCIA DE ACESSORAMENTO E BENEFÍCIO. 6.246 serviços prestados/ano. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social. Tem como objetivo a prevenção de situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Os serviços oferecidos nesse eixo tem como materialidade a família, com foco prioritário nos aspectos que dizem respeito à criança, ao adolescente, às pessoas com deficiência e aos idosos sendo administrado pela Gerência de Assessoramento de Benefícios. Oferece serviços de atenção e apoio ao cidadão, às entidades sociais e aos municípios:

✓ Objetiva a melhoria da qualidade de vida da população em situação de vulnerabilidade social, com ações focadas no atendimento das necessidades do usuário por meio de acolhimento, visita domiciliar e encaminhamentos às demais políticas públicas para que possa ter acesso aos direitos sociais e dispensação de benefícios produzidos, adquiridos ou doados a OVG. Esses serviços buscam fortalecimento de vínculos sociais e familiares para superação das vulnerabilidades e melhoria da qualidade de vida do cidadão.

✓ Objetiva apoiar as entidades filantrópicas cadastradas na OVG, mediante orientações operacionais e metodológicas sobre o trabalho de assistência social e repasse de benefícios em situações de emergência. As exigências da Política Nacional de Assistência Social - PNAS demandam maiores orientações às entidades sociais, especialmente quanto à forma como deve ser feito o atendimento das demandas, vez que a inobservância das regras estabelecidas pode levar à desqualificação da instituição para a prestação dos serviços como organização social. Em articulação com as instituições assistidas e com os Conselhos Municipal e Estadual de Assistência Social, a OVG contribui para a readequação das ações das diversas entidades dos Municípios e do Estado, com foco no Sistema Único de Assistência Social - SUAS e na Política Nacional de Assistência Social - PNAS;

✓ Objetiva o apoio às entidades sociais públicas municipais, incluídas as Secretarias Municipais de Assistência Social, na realização de ações de promoção e inclusão social das pessoas em situação de vulnerabilidade social dos municípios onde atuam, em interação com Prefeitos, Gestores Sociais, e Técnicos em geral. Atende os municípios goianos, exercitando e fortalecendo a parceria com o poder público municipal, através de orientação técnica em matéria de assistência social e disponibilização de benefícios sociais.

2.2.3.1 PRODUÇÃO DE BENEFÍCIOS - Quantidade: 60.955 unidades: São andadores, bengalas, cadeira de rodas (padrão, pedal elevado, tetra, reforçada, infantil e higiênica), colchões de água e caixa de ovo, enxoval, faldas geriátrica e infantil, malhas compressivas, muletas axilar e canadense, bengala, andadores e leites especiais, como também a realização de exames de DNA em parceria com o Ministério Público de Goiás, atendimento odontológico fixo (consultório) e móvel (ônibus e trailer), fazem parte da Rede Socioassistencial da OVG e são repassados ao cidadão que procura de forma espontânea ou representado pelas entidades e aos municípios que os assistem. **O objetivo final é o repasse do benefício**, mas, a realização de uma ação com qualidade, com monitoramento, com foco na família e articulada às demais políticas que resulte na possibilidade de uma reversão da situação da vulnerabilidade apresentada inicialmente por cada pessoa que deposita nesta Organização sua solicitação.

2.2.4 CASA DO INTERIOR - Capacidade: 4.476 usuários/ano. É uma unidade de assistência social de Alta Complexidade, em articulação com a saúde, que visa à segurança de acolhida num ambiente de conforto e tranquilidade, proporcionando atendimento social, nutricional, psicológico, de enfermagem e pedagógico. Trabalha em parceria com as Prefeituras Municipais e Entidades Sociais e em articulação com a rede de serviços socioassistenciais e de saúde.

2.2.5 CENTRO GOIANO DE VOLUNTARIADO - Capacidade: 900 pessoas capacitadas/ano e 40 instituições/ano. O Centro Goiano de Voluntários se caracteriza pela promoção de cursos de capacitação para voluntários e instituições para o desenvolvimento da cultura do voluntariado. Nessa perspectiva, fortalece a convivência social, desenvolvendo e estimulando a convivência comunitária, com a participação efetiva do cidadão, estabelecendo relações afetivas e solidárias, formando assim novos conceitos de respeito, valores, humanidade, conduta ética e partilha. Outra característica do programa é a valorização da pessoa, enquanto sujeito capaz de transformar uma realidade, deixando profundas marcas de solidariedade, humanismo e amor.

3. EXECUÇÃO E MANUTENÇÃO DE AÇÕES DE PRODUÇÃO, ABASTECIMENTO E CONSUMO DE ALIMENTOS.

3.1 BANCO DE ALIMENTOS - Parceria entre a OVG, CEASA-GO e SEAGRO-GO para implantação de um Banco de Alimentos com o objetivo de promover a alimentação adequada e saudável, fomentando a coleta, circulação e distribuição dos gêneros alimentícios oriundos do desperdício de alimentos e da agricultura familiar, para fornecimento a entidades sociais e à alimentação de estudantes carentes, da grande Goiânia e municípios vizinhos.

3.2 RESTAURANTE CIDADÃO - Quantidade de Refeições: 3.432.000/ano. É um programa da OVG com unidades localizadas na região metropolitana de Goiânia, no município de Anápolis, Aparecida de Goiânia, Luziânia e Rio Verde, podendo incluir novas unidades nos demais municípios do Estado de Goiás que atendam aos critérios do projeto, sendo o caso dos municípios de Minaçu, Águas Lindas e Valparaíso. Atualmente são fornecidas 11.300 refeições diárias. A implantação desses restaurantes visa à ampliação da oferta de refeições adequadas do ponto de vista sanitário e nutricional, a preços acessíveis e em local confortável e de fácil acesso, buscando beneficiar a população em situação de risco nutricional e estimular a formação de sistemas de proteção alimentar. As refeições devem ser programadas atendendo todas as leis da alimentação - quantidade, qualidade, adequação e harmonia, considerando-se os aspectos básicos de nutrição, variando os alimentos e preparando-os de forma a garantir a ingestão de todos os nutrientes.

4. PROGRAMAS ESPECIAIS

4.1 APOIO AOS ROMEIROS - Capacidade de Atendimento: 450.000. Programa de apoio às manifestações culturais da população goiana através de ações de fortalecimento das tradições que estimulam a construção de suas histórias, vivências individuais e coletivas, com espaço para descanso e distribuição de lanches aos peregrinos nas Romarias de:

✓ Trindade-GO (Romaria do Divino Pai Eterno), nos meses de junho/julho, atendimentos: 400.000;

✓ Niquelândia-GO (Romaria de Nossa Senhora D'Abadia, em Muquém), em maio de agosto, atendimentos: 50.000.

4.2 NATAL OVG - Quantidade de Brinquedos: 780.000. Através da promoção do Programa Natal na Praça, a OVG reconhece e viabiliza o exercício do direito da criança de se expressar pelo brincar, pela vivência artística com interação e proteção social, possibilitando a convivência, estabelecendo e fortalecendo vínculos e socialização centrada na brincadeira, com foco na garantia das seguranças de acolhida e de convívio familiar e comunitário, por meio de experiências lúdicas e da distribuição de brinquedos, na capital e em todos os demais municípios goianos.

5. APOIO AO ESTUDANTE UNIVERSITÁRIO

5.1 PROGRAMA BOLSA UNIVERSITÁRIA - 20.574 bolsistas em 2015/2 e 21.227 em 2016/1. Programa instituído pelo Governo Estadual (Lei nº 17.405, de 06.09.2011) com o objetivo de oferecer bolsas de estudos a alunos universitários matriculados em instituições de ensino superior, de natureza privada integrante do sistema de educação superior do Estado de Goiás, comprovadamente sem condições de custear seus estudos. Na forma da legislação específica, é executado pela OVG concedendo Bolsas de Estudo Integral e Parcial, nos limites fixados em lei. Como contrapartida, o beneficiário da Bolsa Universitária presta atividades durante o curso, em locais, entidades e instituições credenciadas pela OVG, com carga horária compatível com seus afazeres escolares e de trabalho, de acordo com a área de formação, ou em projetos de pesquisas cadastrados em uma das IES Credenciadas com o Programa, que tenham um professor pesquisador como orientador/coordenador, e ainda participem de cursos de formação técnica e de habilidades atitudinais na modalidade EAD vinculados aos órgãos parceiros cadastrados. Mediante assinatura de Termo de Compromisso, pactua-se com o beneficiário da bolsa que o mesmo não poderá ser reprovado em mais de uma disciplina por nota ou falta, que deverá cumprir a contrapartida, bem como proceder à renovação do benefício semestralmente e em caso de trancamento da matrícula, durante o período em que estiver na condição de bolsista, deverá fazer a Suspensão Temporária, por até dois semestres (consecutivos ou intercalados), devendo para isso fazer o requerimento no site ou presencialmente, sob pena de perda do benefício.

6. SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL EM ARTICULAÇÃO COM A EDUCAÇÃO

6.1 FORMAÇÃO PROFISSIONAL (OFICINAS EDUCACIONAIS COMUNITARIAS)

E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL (CENTRO DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL)
As Oficinas Educacionais Comunitárias - OEC's e o Centro de Qualificação profissional atuavam no eixo da formação profissional de adolescentes, jovens e adultos, oriundos de famílias em situação de vulnerabilidade social, em situação de

risco pessoal e social, que se encontram fora do mercado formal de trabalho. As OEC's prestaram serviços de proteção social básica, com foco no desenvolvimento de atividades que estimulavam a convivência social (familiar e comunitária), o fortalecimento dos vínculos afetivos, a participação cidadã e a formação geral para o mundo do trabalho, estimulando o protagonismo social, a aquisição de novos conhecimentos e a formação de atitudes e valores, numa perspectiva de formação integral da pessoa humana como cidadã de direitos e deveres. As Oficinas Educacionais Comunitárias e o Centro de Qualificação Profissional funcionaram até fevereiro de 2015 sob administração da OVG, houve a partir deste período reordenamento de ações e este programa migrou à Secretaria específica em função do escopo da proposta e da necessidade de readequação dos programas desenvolvidos pela OVG.

7. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014 foram elaboradas observando as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a Legislação Societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), consubstanciadas principalmente na Interpretação Técnica ITG 2002 aplicáveis às Entidades sem finalidade de lucros aprovada pela Resolução CFC 1.409/2012, cuja síntese, está demonstrada como segue:

7.1 RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As principais políticas contábeis aplicadas na apresentação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da entidade são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a entidade atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais estão apresentadas em R\$ (reais), que é a moeda funcional da entidade.

b) Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas, mensalmente, respeitando os princípios Fundamentais de Contabilidade, em especial os Princípios da Oportunidade e da Competência. No que se refere às doações, estas são apropriadas em contas de receita pelo efetivo recebimento, haja vista que estas não tem restrição de uso por parte da OVG. No que se refere aos valores de subvenções governamentais provenientes do contrato de Gestão firmado com o Estado de Goiás, o recebimento dos recursos são contabilizados em contas específicas do passivo e posteriormente reconhecidos em contas de receita (resultado) ou de receita diferida (passivo) na medida em que os critérios para seu reconhecimento são realizados.

c) Circulante e Não Circulante

O prazo considerado para distinção entre contas Circulante e Não-Circulante foi de um exercício social completo, ou seja, 365 dias corridos a contar da data do término do exercício.

d) Direitos de Curto Prazo

São compostos por convênios a receber, adiantamentos, impostos a recuperar, estoques e despesas antecipadas.

e) Provisões

As provisões e as ações judiciais (trabalhista, cível e tributária) são reconhecidas quando: i) a Entidade tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e iii) o valor puder ser estimado com segurança.

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Empresa tem uma obrigação "legal" ou "não formalizada" presente como consequência de um evento passado e é provável que recursos sejam exigidos para liquidar esta obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas de risco envolvido.

f) Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio de aquisição ou de acordo com o valor constante no documento de doação. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. Os custos de itens recebidos em doações, quando não há valor estabelecido em documento de doações, a OVG atribui um valor ao bem doado com base no valor justo no momento de seu recebimento com base em pesquisas realizadas no mercado de bens idênticos ou similares.

g) Imobilizado

Está demonstrado ao valor de custo de aquisição, deduzido de depreciação, quando aplicável.

A depreciação é reconhecida pelo método linear, às taxas anuais mencionadas na Nota 14 que levam em consideração o tempo de vida útil econômica dos bens e que estão em harmonia com os índices de depreciação estabelecidos pela Receita Federal do Brasil.

h) Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal das atividades, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano após o encerramento do exercício social. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

i) Patrimônio Líquido

Representado pelo patrimônio social inicial, acréscido (reduzido) do *superávit (déficit)* apurado anualmente e pelo ajuste de avaliação patrimonial realizado em 28/11/2008 pela Câmara de Valores Imobiliários do Estado de Goiás, e pelo *Deemed Cost* (Custo Atribuído) em 2015, conforme permitido pela NBC TG 1000 c/c ITG 10 - Adoção Inicial do Ativo Imobilizado, com base em avaliações técnicas realizadas pela Gerência de Vistoria e Avaliação de Imóveis da Superintendência de Patrimônio do Estado/SEGPLAN.

j) Tributação

A organização é uma entidade sem fins lucrativos, isenta de recolhimento do imposto de renda e da contribuição social sobre o superávit, por isso nenhum imposto foi provisionado no passivo, em face do benefício fiscal aqui descrito. A base de cálculo, para Pis é a folha de pagamento, os quais são recolhidos mensalmente. Os benefícios fiscais estão devidamente apresentados na Demonstração do Resultado do Período e na nota explicativa 27.

8. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

8.1 Julgamentos críticas na aplicação das políticas contábeis da entidade

14. Imobilizado

Composição dos Saldos Sem Restrição

Discriminação	Taxa de Deprec a.a. %	Consolidado			
		Custos	Dep. Acumulada	Líquido 2015	Líquido 2014
Terrenos Urbanos		3.856.446	-	3.856.446	1.207.636
Máquinas e Equipamentos		513.174	(307.392)	205.782	208.471
Móveis e Utensílios		557.469	(352.618)	204.851	217.506
Veículos		952.453	(738.515)	213.938	239.203
Computadores/Periféricos		726.248	(587.409)	138.839	195.707
Instalações		85.662	(63.247)	22.415	26.032
Prédios e Edificações		6.272.906	(1.369.825)	4.903.080	3.642.975
Total		12.964.358	(3.419.007)	9.545.351	5.737.529

Movimentação do Custo

Discriminação	2014				
	Custos	Adições	Baixas	Deemed Cost	Custos
Terrenos Urbanos	1.207.636	-	-	2.648.810	3.856.446
Máquinas e Equipamentos	493.784	31.650	(12.259)	-	513.174
Móveis e Utensílios	544.383	27.956	(14.869)	-	557.469
Veículos	883.426	69.027	-	-	952.453
Computadores/Periféricos	767.005	11.117	(51.874)	-	726.248
Instalações	84.011	1.819	(168)	-	85.662
Prédios e Edificações	4.820.000	-	-	1.452.906	6.272.906
Total	8.800.244	141.569	(79.171)	4.101.716	12.964.358

Composição dos Saldos Com Restrição

Discriminação	Taxa de Deprec a.a. %	Consolidado			
		Custos	Dep. Acumulada	Líquido 2015	Líquido 2014
Máquinas e Equipamentos		40.305	(5.668)	34.636	27.659
Móveis e Utensílios		38.691	(5.722)	32.969	37.267
Veículos		841.500	(275.550)	565.950	734.250
Computadores/Periféricos		104.347	(23.455)	80.892	55.292
Instalações		24.030	(2.654)	21.376	24.869
Total		1.048.873	(313.049)	735.824	879.337

Movimentação do Custo

Discriminação	2014				
	Custos	Adições	Baixas	Doados	Custos
Máquinas e Equipamentos	29.642	10.663	-	-	40.305
Móveis e Utensílios	39.457	2.100	(2.866)	-	38.691
Veículos	841.500	-	-	-	841.500
Computadores/Periféricos	60.822	43.526	-	-	104.347
Instalações	25.330	8.400	(9.700)	-	24.030
Total	996.750	64.689	(12.566)	-	1.048.873

a) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Essa provisão é fundamentada em análise do histórico de perdas monitorado pela Administração, sendo constituída em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber.

b) Vida útil dos ativos imobilizado e intangível

A depreciação ou amortização dos ativos imobilizado e intangível considera as taxas de depreciação estabelecida pela Receita Federal que reflete a melhor estimativa da Administração sobre a utilização destes ativos ao longo de suas operações. Mudanças no cenário econômico podem requerer a revisão dessas estimativas de vida útil.

c) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Entidade registrou provisões, as quais envolvem considerável julgamento por parte da Administração, para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis que, como resultado de um acontecimento passado. A Entidade está sujeita a reivindicações legais, cíveis e trabalhistas cobrindo assuntos que advêm do curso normal de suas atividades operacionais.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados internos. As provisões são revisadas e ajustas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em nossos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

9. Disponibilidades: Bancos e Aplicações Financeiras

	2015	2014
Banco C/Movimento - Recursos sem Restrição	9.996	54.629
Aplicações Financeiras - Recursos sem Restrição (*)	510.127	398.060
Total Recursos sem Restrição	520.123	452.689
Banco C/Movimento - Recursos com Restrição	231.005	1.709.927
Aplicações Financeiras - Recursos com Restrição (*)	3.375.933	1.127.719
Total Recursos com Restrição	3.606.938	2.837.646
Total Geral	4.127.061	3.290.335

(*) As aplicações financeiras referem-se substancialmente a CDB/RDB, remuneradas a taxas de mercado. Esses saldos consistem em valores de liquidez imediata, com o propósito de honrar compromissos no curto prazo, rapidamente convertíveis em dinheiro e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Para maior transparência e fiscalização na utilização dos recursos recebidos pela Entidade a mesma não possui recursos em Caixa, nem mesmo para aquisição de itens de pequeno valor. Todos os recursos recebidos em dinheiro são imediatamente depositados em conta bancária específica para recebimento de recursos dessa natureza.

Cada recurso recebido em razão de convênio são alocados em conta corrente que foram criadas especificamente para gerir os mesmos e serem devidamente aplicados.

10. Créditos a Receber

	2015	2014
Repasses a Terceiros (i)	-	240.000
Bloqueio Judicial (ii)	-	79.660
Total	-	319.660

(i) - Adiantamentos repassados à Entidades Sociais para utilização em reformas de estruturas físicas prediais, foram feitas as prestações de contas.

(ii) - Bloqueio Judicial Cível da empresa OBER S.A. conforme Acordo de parcelamento nº 200501377926 de 04/04/2014. Ficou acordado que, após quitação do referido parcelamento, foi feito estorno do mesmo.

11. Estoques

Em 31 de dezembro os estoques estavam assim compostos e estão apresentados pelo valor de custo médio de aquisição:

	2015	2014
Almoxarifado	338.330	430.678
Bens adquiridos para Doação	655.004	939.090
Bens recebidos para doação	212.440	171.600
Estoque Matéria Prima	894.350	1.423.728
Estoque para importados	589.541	152.830
Estoque de Produtos Acabados - GAB	408.915	-
Estoque de Produtos Acabados - GEP	109.495	-
Estoque de Produtos em Elaboração	33.797	-
Total	3.241.872	3.117.926

12. Recursos de Convênios a Receber

	2015	2014
Bolsa Universitária	27.290.292	18.679.126
Contrato de Gestão	2.050.967	232.057
Total	29.341.259	18.911.183

Representam valores pendentes de repasse para quitação de fornecedores originados de despesas já realizadas com o programa Bolsa Universitária e Contrato de Gestão contratados até 31/12/2015.

13. Despesas a Apropriar

	2015	2014
Seguro Veículo	22.249	22.004
Seguro Bolsista	159.750	159.750
Vale Transporte	80.971	79.561
Vale Alimentação	117.849	142.841
Seguro de Vida dos Funcionários	7.503	-
Total	388.322	404.155

Representam valores de seguros contratados 2015/2016 cujas despesas serão apropriadas no exercício seguinte.

✓ O Seguro de veículos foi contratado por 12 meses, para cobrir despesas e garantir indenizações integral, perdas parcial do veículo, danos materiais a terceiros, danos corporais a terceiros, acidentes pessoais por passageiro, danos morais e assistência 24 horas/km ilimitado.

✓ Contratação de empresa especializada para prestar serviços de seguro de acidentes pessoais coletivo, sem pró-labore, para os bolsistas do Programa Bolsa Universitária, pelo período de 12 meses.

✓ Aquisição de vale-transporte para abastecimento de cartão do sitpass para os funcionários.

✓ Aquisição de vale-alimentação para os funcionários.

✓ Contratação de empresa especializada para prestar serviços de seguro de acidentes pessoais coletivo, sem pró-labore, para os funcionários da OVG, pelo período de 12 meses.

✓ Nas contas (Terrenos Urbanos e Prédios e Edificações) do Imobilizado **Sem Restrição**, foi atribuído o valor justo mensurado, com base em Laudos de Avaliações realizados pela Gerência Especial de Vistoria e Avaliação de Imóveis da Superintendência de Patrimônio do Estado de Goiás da SEGPLAN – Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento, cujos registros visam atender a NBC-TG 1000, Seção 35 e ITG-10, Itens 21 e 22. Sendo estes registros evidenciando a adoção inicial da NBC TG 27 – Ativo Imobilizado e ITG 10 – Interpretação sobre Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento. Pois este elemento não havia sido objeto de adoção inicial em períodos anteriores. Este procedimento específico (DEEMED COST), não significa adoção da prática contábil da reavaliação de bens, atualmente vedada no Brasil, mas sim mensuração e atribuição de custo ao valor justo que representa o valor provável de geração futura de Caixa o que por si só é suficiente para justificar a adoção e implementação desta norma a fim de tornar a informação útil, fidedigna e relevante para os usuários das informações contábeis.

15. Fornecedores

	2015	2014
Fornecedores a pagar (C. de Gestão)	4.307.744	4.449.537
Fornecedores a pagar (C. de Gestão- Bolsa Universitária)	28.938.227	18.886.778
Fornecedores a pagar c/ doação	48	-
Total	33.246.019	23.336.315

Os saldos das contas fornecedores a pagar em 31/12/2015 é de R\$ 33.246.019 e estão compostos, por sua maioria, com recursos a repassar para as faculdades a título do Convênio No. 001/2011 (Programa de Bolsas Universitárias) assinado entre a OVG e o Estado de Goiás, através da Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento (SEGPLAN) tendo como contrapartida a conta do Ativo Circulante do grupo Antecipação de Recursos de Convênios a Receber (nota 12).

16. Obrigações Sociais, Trabalhistas e Tributárias

As obrigações decorrentes basicamente da folha de pagamento da Entidade estão assim apresentadas:

	2015	2014
Diárias a Pagar	-	60
Empréstimo Consignação Funcionários a Recolher	135.655	157.417
FGTS a Recolher	135.904	-
Indenização e Aviso Prévio a Pagar	8.526	8.526
INSS a Recolher – Administrativo	288.265	240.000
Pis/Pasep a Recolher	17.832	-
Plano de Saúde a Recolher	240.133	289.091
INSS a Recolher	155.870	-
INSS a Recolher Prestação de Serviço	7.890	41.979
Pensão de Reparação Civil	31.200	36.000
INSS a Recolher RPA	933	2.666
Provisões de Férias a Pagar ⁱ	1.361.693	1.585.373
Provisão de Pis s/Férias Provisionadas a Pagar ⁱⁱ	13.617	15.838
Provisão de FGTS s/Férias Provisionadas a Pagar ⁱⁱⁱ	104.215	122.269
	2.501.733	2.499.219

i. A provisão de Férias leva em consideração os valores devidos até 31.12.2015.

ii. A provisão de Pis s/ Férias foi feita ao percentual de 1%.

iii. A provisão de FGTS s/ Férias foi realizada ao percentual de 8% apenas sobre

a remuneração sujeita a esta contribuição e devidamente sustentada com base em controle feito pelo departamento de pessoal. As obrigações decorrentes das obrigações tributárias da Entidade estão assim apresentadas:

	2015	2014
I.R.R.F a Recolher	105.591	7.698
Parcelamento Especial - PAES	144.500	120.000
ISS Retido a Recolher	58.142	74.707
PIS/COFINS/Contribuição Social a Recolher	139	28.626
Total	308.372	231.031

17. Outras Provisões

	2015	2014
Contingências de Ações Cíveis	-	93.014
Contingências de Ações Trabalhistas (i)	642.184	67.681
Total	642.184	160.695

(i) Com base na opinião dos consultores jurídicos internos, a administração da OVG entende que as provisões constituídas no montante de R\$ 642.184 são suficientes para a cobertura de eventuais perdas decorrentes dos respectivos processos judiciais.

18. Recursos de Convênios e Contratos

	2015	2014
Contrato de Gestão Tesouro Repasse p/Pref. (Pend.Prest.Ctas) (i)	2.605.146	2.100.000
Subvenções Fomentar a realizar (ii)	576.020	321.899
Receita de Subvenção Diferida (iii)	735.824	879.337
Total	3.916.990	3.301.236

i. Correção monetária feita pelo Índice IGP-DI, de acordo com o Termo de Cooperação Técnica e Administrativa, cláusula oitava, combinando com a posição da SEGPLAN. Termo entre OVG e AGEHAB para construção de Centros de Educação Infantil – CEI's, em municípios do Estado de Goiás.

ii. Contrato de Adesão entre OVG e Empresas privadas, por intermédio do Programa Produzir para aplicação nos Programas Sociais.

iii. Refere-se a aquisição de imobilizados com recursos provenientes do Contrato de Gestão (subvenção para investimento) cujos valores serão diferidos (receita) de acordo com sua respectiva depreciação.

19. Exigíveis a Curto e Longo Prazos

É composto pelos seguintes valores:

	Passivo Circulante		Passivo Não Circulante	
	2015	2014	2015	2014
Parcelamento Especial – PAES (i)	144.500	120.000	93.755	227.582
INSS a Recolher – Administrativo (ii)	288.265	240.000	1.002.646	1.239.248
Pensão de Reparação Civil (iii)	31.200	36.000	138.727	146.292
Total	463.965	396.000	1.235.128	1.613.122

(i) A Organização formalizou a opção em 03 de outubro de 2003 ao Parcelamento Especial – PAES, instituído pela Lei No. 10.684/03. A adesão ao PAES foi deferida em 15 de dezembro de 2003 e objetivo, além de alongar o perfil da dívida atinente aos parcelamentos em curso, promover o refinanciamento desses mesmos débitos tributários e outros naquela oportunidade confessados. No período corrente houve uma amortização no valor de 119.499,79 (cento e dezenove mil, quatrocentos e noventa e nove reais e nove centavos). Fim do exercício em 31/12/2015 faltam 30 parcelas.

(ii) Parcelamento junto ao INSS decorrente de multa aplicada em virtude da divergência de valores recolhidos. No período corrente houve uma amortização no valor de R\$ 239.735,36 (duzentos e trinta e nove mil e setecentos e trinta e cinco reais e seis centavos). Faltam 30 parcelas.

(iii) Ação de indenização, protocolo 9801067004 da 1ª vara civil da comarca da Goiânia. No período corrente houve uma amortização no valor de R\$ 26.615,82 (vinte e seis mil e seiscentos e quinze reais e oitenta e dois centavos).

20. Patrimônio Líquido

Representado pelo patrimônio social inicial, acrescido (reduzido) do superávit (déficit) apurado anualmente e pelo resultado da avaliação patrimonial da Sede da OVG, Hospital N. Sra. de Lurdes, Centro Goiano de Voluntariado e nos terrenos dos municípios de Guapó e Pires do Rio.

	2015	2014
Doações e Subvenções	1.022.503	1.022.503
Ajuste de Avaliação Patrimonial (i)	9.114.628	5.012.916
Superávit ou (Déficits) Acumulados	(2.396.349)	(2.415.969)
Total	7.740.782	3.619.449

(i) O aumento de R\$ 4.101.712 em Ajuste de Avaliação Patrimonial decorreu da adoção inicial da NBC TG 27 e ITG 10, onde a entidade optou em adotar o *deemed Cost* (custo atribuído), por ser uma informação mais relevante e fidedigna, conforme demonstrado na nota explicativa nº 14.

21. Custos de Execução dos Principais Programas Sociais:

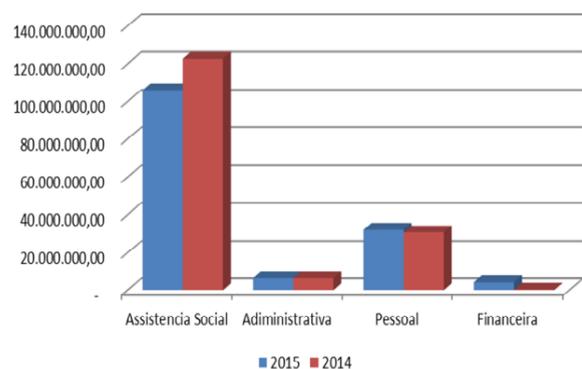
Programas Sociais	2015	2014
Bolsa Universitária	80.875.133,03	88.142.590,00
Restaurante Cidadão	15.838.455,91	15.260.324,00
Goiás sem Frio	172.262,75	2.548.754,00
Oficinas Educacionais Comunitárias (OEC's)	2.323,97	508.671,00
Doações de Veículos	-	651.728,00
Natal OVG	6.174.718,81	7.096.556,00
Apoio aos Romeiros de Trindade	162.686,37	331.373,00
Apoio aos Romeiros do Muquém	13.101,52	104.929,00
Centro de Qualificação Profissional	-	83.308,00
Enxoval para Bebê	266.702,15	464.291,00
Malha Compressiva	13.006,87	9.703,00
Fraldas Descartáveis	181.423,43	483.187,00
Cadeira de Rodas	761.525,24	3.068.420,00
Auxílio a Entidade	254.333,75	1.209.509,00
CEPAIGO	13.274,71	26.292,00
Outros Programas de Benefícios	1.351.615,16	2.626.680,00
Total	106.080.563,67	122.616.315,00

22. Despesas com Centro de Custo e Unidade Operacional

	PLANILHA DE DESPESAS DA OVG NO EXERCÍCIO DE 2015 E 2014				Financeira		Total Geral		
	Assistência Social	Administrativa	Pessoal	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Departamento de Produção	22.660,53	5.666,22	78.492,87	40.647,64	139.729,23	1.626.237,26	-	240.882,63	1.679.781,69
Confecção de Fraldas Descartáveis	181.423,43	483.186,87	300,07	1.893,39	28.927,72	129.319,55	-	210.651,22	614.399,81
Confecção de Enxoval	266.702,15	464.290,63	19.995,00	75.744,00	10.071,08	55.952,96	-	296.768,23	595.987,59
Confecção de Malha Compressiva	13.006,87	9.702,68	-	-	-	-	-	13.006,87	9.702,68
Fabrica de Cadeira de Rodas	761.525,24	3.068.420,13	-	9.189,51	28.545,52	122.475,21	-	790.070,76	3.200.084,85
DARC-Depto de Apoio ao Restaurante Cidadão	-	-	1.607,37	789,65	532.610,93	418.109,46	-	534.218,30	418.899,11
Restaurante Cidadão – Campinas	4.075.694,48	4.516.312,55	-	5.293,66	-	-	5.046,28	4.080.740,76	4.526.311,47
Restaurante Cidadão-Centro	3.446.998,16	3.481.042,07	-	-	-	90,00	-	3.446.998,16	3.491.703,87
Restaurante Cidadão - Anapólis	2.137.651,88	1.592.225,20	-	4.555,76	990,00	3.170,00	-	2.138.641,88	1.609.358,94
Restaurante Cidadão - Setor Garavelo	1.966.217,00	2.002.842,65	-	-	-	-	-	1.966.217,00	2.006.992,99
Restaurante Cidadão - UEG Anapólis	1.229.965,55	1.122.632,39	-	-	60,00	30,00	-	1.230.025,55	1.122.662,39
Restaurante Cidadão - Luziania	1.963.104,00	2.615.226,80	-	-	2.420,00	-	-	1.965.524,00	2.615.226,80
Restaurante Cidadão - Rio Verde	1.007.760,00	-	-	-	2.540,00	-	-	1.010.308,56	-
OEC Norte Ferroviário	703,87	173.573,67	78.760,85	239.620,56	67.849,38	765.833,88	-	147.314,10	1.179.084,63
OEC Novo Mundo	768,39	161.278,41	82.901,97	384.051,38	190.346,64	1.072.445,02	-	274.017,00	1.617.838,73
OEC Cândida de Moraes	851,71	173.819,03	77.597,16	259.122,30	104.048,99	926.421,43	-	182.497,86	1.359.419,28
Apoio aos Romeiros de Trindade	162.686,37	165.009,13	144.691,74	166.311,03	1.440,00	-	73,12	308.891,23	331.373,30
Apoio aos Romeiros do Muquém	13.101,52	10.606,84	30.330,77	63.350,95	26.210,00	30.830,00	67,05	69.709,34	104.928,53
Goiás Sem Frio	97.134,64	2.427.387,36	-	-	-	-	-	97.134,64	2.548.753,78
Criança Feliz Natal	6.174.718,81	6.765.091,14	629.356,23	329.364,70	-	-	2.906,09	6.806.981,13	7.096.556,18
CEPAIGO	13.274,71	26.292,05	-	-	-	-	-	13.274,71	26.292,05
Vapt Vupt	-	46,94	-	1.090,06	-	-	-	-	1.137,00
Centro de Qualificação Profissional	-	83.308,00	33.680,56	209.556,40	44.301,23	562.530,30	-	77.981,79	855.394,70
GAB-Gerência de Assessoramento e Benefícios	182.767,18	3.896.229,98	16.875,59	31.216,62	2.120.092,59	1.447.534,87	333,17	2.320.068,53	5.375.009,62
REDE-Departamento da Rede Socioassistencial	746.937,54	7.787,39	7.787,39	-	1.111.791,08	-	645,62	1.867.161,63	-
Centro Social Dona Gercina Borges Teixeira	52.751,93	62.555,75	137.994,03	128.481,19	1.371.786,63	1.309.160,52	1.218,98	1.563.751,57	1.501.169,15
Casa do Interior de Goiás	229.030,55	364.573,82	626.728,38	567.565,11	2.642.184,93	1.933.455,06	461,83	3.498.405,69	2.866.072,37
U-NF Unidade Norte Ferroviário	8.285,48	-	201.426,26	-	764.601,73	-	-	974.313,47	-
Centro de Convivência Sagrada Família	-	-	-	1.293,09	-	189.378,70	-	-	190.671,79
Complexo Gerontológico Sagrada Família	272.780,47	345.879,14	1.189.092,91	1.033.138,98	3.483.345,91	2.921.020,09	2.775,94	4.947.995,23	4.301.194,44
Centro de Convivência Vila Vida	75.434,09	24.705,28	324.192,62	240.098,70	1.887.166,00	1.664.085,99	177,64	2.286.970,35	1.929.713,82
CCI-CM-Centro Conv.de Idosos C.de Moraes	7.125,95	-	173.695,23	-	1.309.234,50	-	-	1.490.055,68	-
U-NM Unidade Novo Mundo	729,31	-	97.992,27	-	7.596,00	-	63,61	106.381,19	-
DIPBU-Diretoria do Programa Bolsa Universitária	80.875.133,03	88.480.986,16	682.219,70	769.955,37	529.783,28	2.392.027,81	747,00	82.087.883,01	91.646.786,68
DESPESAS DA SEDE	93.638,83	93.424,00	1.662.711,95	1.766.738,75	15.824.462,19	13.321.920,14	4.173.134,89	21.753.947,86	15.331.271,49
TOTAL GERAL	106.080.563,67	122.616.314,89	6.298.430,92	6.329.068,80	32.232.135,56	30.892.028,25	4.187.659,78	148.798.789,93	160.153.779,73

NATUREZA DAS DESPESAS POR CENTRO DE CUSTO	2015	2014	2015%	2014%
Assistência Social	106.080.563,67	122.616.314,89	71%	77%
Administrativa	6.298.430,92	6.329.068,80	4%	4%
Pessoal	32.232.135,56	30.892.028,25	22%	19%
Financeira	4.187.659,78	316.367,79	3%	0%
SUBTOTAL I	148.798.789,93	160.153.779,73	100%	100%
NATUREZA DAS DESPESAS SEM CENTRO DE CUSTO	2015	2014		
DESPESA COM DEPRECIACÃO	628.322,18	559.308,42		
ATUALIZAÇÃO T.JLP - PAES	10.172,96	11.505,99		
DESPESAS COM GRATUIDADE - CEBAS	5.842.928,48	8.873.464,25		
BAIXA IMOBILIZADO	5.642,69	13.611,02		
SUBTOTAL II	6.487.066,31	9.457.889,68		
TOTAL GERAL	155.285.856,24	169.611.669,41		

DESPESAS POR CENTRO DE CUSTO



RESTAURANTE CIDADÃO - Refeições servidas em 2015

UNIDADE	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
Goiania - Centro	50.000	45.000	55.000	50.000	50.000	52.500	57.500	52.500	52.500	52.202	50.000	50.600	617.802
Goiania - Campinas	60.000	53.525	66.000	60.000	60.000	63.000	69.000	63.000	63.000	62.375	60.000	52.300	732.200
Aparecida de Goiania	30.000	27.000	33.000	30.000	28.500	31.500	34.500	31.500	31.500	31.500	30.000	23.800	362.800
Anapolis - UEG	22.000	19.742	24.258	22.344	22.372	21.555	17.099	22.113	24.397	24.372	25.485	14.298	260.035
Anapolis - Centro	28.500	27.000	33.000	30.000	30.000	31.500	33.000	31.500	31.500	31.500	30.000	32.100	369.600
Rio Verde	11.400	10.800	13.200	12.000	12.000	12.600	13.800	12.000	12.600	12.600	12.000	13.200	148.200
Luziania - Centro	13.200	13.200	13.200	13.200	13.200	13.200	13.800	12.600	12.600	12.600	12.000	6.000	148.800
Luziania - Ingá	13.200	13.200	13.200	13.200	13.200	13.200	13.800	12.600	12.600	12.600	12.000	6.000	148.800
TOTAL	228.300	209.467	250.858	230.744	229.272	239.055	252.499	237.813	240.697	239.749	231.485	198.298	2.788.237

MÊS / ANO 2015	QUANTIDADE DE ATENDIMENTOS
JANEIRO	3.875
FEVEREIRO	4.756
MARÇO	5.181
ABRIL	4.387
MAIO	5.977
JUNHO	5.392
JULHO	7.051
AGOSTO	6.540
SETEMBRO	6.965
OUTUBRO	7.101
NOVEMBRO	7.472
DEZEMBRO	4.598
TOTAL	69.295

23. Receitas de Convênios

As receitas de convênio são compostas pelos seguintes convênios:

	2015	2014
Programas (Atividades) de Assistência Social	61.952.928,58	66.719.741,00
Receita de Subvenção de Investimento	195.636,02	117.784,00
Assistência Social Programa Bolsa Universitária	81.571.110,44	89.182.520,00
Gratuidade	221.224,07	1.621.908,00
Total	143.940.899,11	157.641.953,00

24. Receitas de Doações

As receitas de doações estão compostas pelos seguintes grupos:

	2015	2014
Pessoa Física	8.820,00	70.886,48
Pessoa Jurídica	898.004,16	2.048.134,41
Fomentar/OVG	210.348,03	153.411,05
Total	1.117.172,19	2.272.432,34

25. Receitas Eventuais

As receitas eventuais foram originadas da realização dos seguintes eventos:

	2015	2014
Promoções Beneficentes	1.750,00	19.058,45
Barraca/Natal na Praça Cívica	6.000,00	6.400,00
Venda de Bordados e Outros	60.656,00	18.820,00
Venda de Produtos Inservíveis	8.157,00	0,00
Casa Cor	25.960,00	49.000,00
Outras Receitas	129.621,81	170.845,37
Total	232.144,81	264.123,82

26. Receitas Financeiras

As receitas financeiras estão compostas por:

	2015	2014
Descontos Obtidos	819,02	1.764,63
Juros Recebidos sobre Aplicação Financeira	63.521,22	52.094,53
Total	64.340,24	53.859,16

27. Cota Patronal INSS e Outras Receitas

O valor usufruído pela imunidade tributária referente à Cota Patronal INSS é de R\$ 4.457.560,20 (quatro milhões quatrocentos e cinquenta e sete mil quinhentos e sessenta reais e vinte centavos), e de imunidade tributária na importação de brinquedos para execução do Programa Natal OVG é no valor equivalente de R\$ 4.107.988,49 (quatro milhões, cento e sete mil, novecentos e oitenta e oito reais e quarenta e nove centavos), conforme detalhado abaixo.

	2015	2014
Subvenção Federal - INSS Patronal	4.441.898,88	4.935.011,60
INSS Patronal – Autônomos	15.661,32	-
SAT	447.789,96	493.501,15
SAT Autônomos	1.566,13	-
Terceiros	932.488,39	1.025.393,11
Terceiros Autônomos	3.523,80	-
Impostos sobre Importação	4.107.988,49	2.419.558,39
Total	9.950.916,97	8.873.464,25

28. Eventos Subsequentes

✓ Até aprovação e o encerramento das demonstrações financeiras de 2015, no início de 2016 foram repassadas OP – Ordem de Pagamento, referente ao exercício de 2015 nos valores de:

Bolsa Universitária	OP nº 002 e 003	R\$ 14.849.826,90
Restaurante Cidadão	OP nº 006, 007 e 008	R\$ 1.568.123,47
Manutenção e Programas de Proteção e Inclusão Social da OVG	OP nº 019, 020 e 021	R\$ 2.201.544,07

✓ Através do Ofício nº 3896/2015 do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria Nacional de Assistência Social, Departamento da Rede Socioassistencial Privada do SUAS, Coordenação Geral de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social e a Coordenação de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social, foi comunicado o deferimento da renovação da certificação de entidade beneficente de assistência social, protocolizada sob o nº 71000.141763/2014-61, conforme Portaria nº 82/2015 itens 332 de 28/07/2015, publicada no Diário Oficial da União de 30/07/2015, com validade de 01/01/2015 a 31/12/2017.

✓ Ressaltamos que não possuímos nenhum outro Convênio com órgãos ligados às atividades de Educação e/ou Saúde.

✓ Além das informações mencionadas anteriormente não existem nenhum outro fato relevante que necessita ser mencionado.

29. Autorização para Conclusão das Demonstrações Contábeis

A Diretoria autorizou, em 15 de março de 2016, a conclusão das demonstrações contábeis e notas explicativas referente ao exercício de 2015.

Era o que temos a relatar e esclarecer em adendo às demonstrações contábeis hora apresentadas e encerradas.

Goiania (GO), 31 de dezembro de 2015.

ELIANA MARIA FRANÇA CARNEIRO
Diretora Geral
OLAVO MARSURA ROSA
Diretor Administrativo-Financeiro
HELCA DE SOUSA NASCIMENTO
Diretora de Ações Sociais
KELEN REJANE NUNES BELUCCI
Diretora do Programa Bolsa Universitária
DANILZA DE JESUS LOURENÇO
Gerência de Apoio Contábil
CRC-GO 013532/0-6

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Coordenadores da
ORGANIZAÇÃO DAS VOLUNTÁRIAS DE GOIÁS - OVG
Goiania – GO

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da Organização das Voluntárias de Goiás - OVG ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado do período, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Pequenas e Médias Empresas (NBC TG 1000) e às Entidades sem Fins Lucrativos (ITG 2002), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causadas por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevantes.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentadas nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causadas por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva

1. A Entidade não elaborou estudo específico quanto à análise da vida útil ou mensuração do valor recuperável de seus ativos imobilizado, não incluindo neste os terrenos e edificações, ou seja, não foi aplicado teste de **recuperabilidade** do imobilizado (*impairment*) no que se refere à mensuração da vida útil, conforme exigido pelas práticas contábeis introduzidas pela Lei 11.638/2007 e normas brasileiras de contabilidade convergidas ao padrão internacional IFRS, principalmente a NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas. A ausência dessa análise constitui uma limitação de escopo de nossos trabalhos, e, conseqüentemente, não temos condições de avaliar a existência de possíveis perdas ou depreciações a maior/menor consignados nas demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2015.

Opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos decorrentes dos assuntos descritos no parágrafo Base para opinião com ressalva, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Organização das Voluntárias de Goiás - OVG em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa nº 28 "Através do Ofício nº 3896/2015 do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria Nacional de Assistência Social, Departamento da Rede Socioassistencial Privada do SUAS, Coordenação Geral de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social e a Coordenação de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social, foi comunicado o deferimento da renovação da certificação de entidade beneficente de assistência social, protocolizada sob o nº 71000.141763/2014-61, conforme Portaria nº 82/2015 itens 332 de 28/07/2015, publicada no Diário Oficial da União de 30/07/2015, com validade de 01/01/2015 a 31/12/2017." Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, apresentado para fins de comparação, foram por nós auditados e na oportunidade emitimos relatório de auditoria com opinião modificada, com ressalva em 19/03/2015.

Goiania-GO, 21 de março de 2016.

BRAVO'S Auditores Independentes SS

CRC – GO 1818/O-8

Marcelo Alejandro Galindo Bravo

Contador CRC-GO 015750/O-4

Vinicius Rodrigues Monteiro

Contador CRC-GO 024.467/O-4

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Nós, abaixo assinados, membros efetivos do Conselho Fiscal da ORGANIZAÇÃO DAS VOLUNTÁRIAS DE GOIÁS, no uso de nossas atribuições legais estatutárias, após examinarmos atos da gestão e respectivos documentos do exercício social de 2015, somos de opinião que as Demonstrações Financeiras relativas a este exercício estão aptas a serem aprovadas pela Assembléia Geral Ordinária dos Associados.

Goiania (GO), 21 de março de 2016.

AVENILMA DE LOURENZO FREITAS
CPF: 189.602.191-34

HÉLIO UMENO JUNIOR
CPF: 492.558.001-91

WESLEY BORGES
CPF: 784.343.351-15